

AgRg no RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.013 - AL (2019/0279017-2)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
AGRAVANTE : AILTON RIBEIRO DA SILVA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. HOMICÍDIO QUALIFICADO. INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO REALIZADA. AGUARDANDO O CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS REQUERIDAS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA APRESENTAÇÃO DE MEMORIAIS. AUSÊNCIA DE DESÍDIA DO MAGISTRADO. AGRAVO DESPROVIDO. RECOMENDAÇÃO DE CELERIDADE.

1. Constitui entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça – STJ que somente configura constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa, apto a ensejar o relaxamento da prisão cautelar, a mora que decorra de ofensa ao princípio da razoabilidade, consubstanciada em desídia do Poder Judiciário ou da acusação, jamais sendo aferível apenas a partir da mera soma aritmética dos prazos processuais.

In casu, não se verifica excesso de prazo na formação da culpa quando o processo segue regular tramitação, sendo concluída a audiência de instrução em 26/2/2019 e em 27/2/2019 foi proferido despacho informando que as alegações finais foram convertidas em memoriais e que, após, os autos serão conclusos para sentença. O Ministério Público requereu diligências e se manifestou pela conversão da prisão preventiva em medidas cautelares, tendo o Juízo *a quo* mantido a custódia cautelar em decisão datada de 5/8/2019. No momento, os autos aguardam o cumprimento de diligências para as partes apresentarem os memoriais. Não há, pois, que se falar em desídia do Magistrado condutor, o qual tem diligenciado no sentido de dar andamento ao processo, não podendo ser imputado ao Judiciário a responsabilidade pela demora.

2. Agravo regimental desprovido. Expeça-se recomendação ao Magistrado de primeiro grau para que imprima maior celeridade na realização da Sessão Plenária do Júri.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade,

Superior Tribunal de Justiça

negar provimento ao agravo regimental, com recomendação, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE), Jorge Mussi e Reynaldo Soares da Fonseca votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Ribeiro Dantas.

Brasília, 21 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator